



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS

EM 20 DE SETEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro dos Negócios Estrangeiros que se fez representar pelo respectivo Secretário de Estado e do Ministro do Trabalho que se fez substituir pelo Secretário de Estado do Trabalho, até às 17 horas, altura em que passou a participar dos trabalhos.

1. ORDEM DO DIA

1.1.1. Por maioria (dez votos a favor) foram aprovados os decretos que:

- a) exonera o Governador de Cabo Verde;
- b) nomeia Governador de Cabo Verde, o Eng. Sérgio Duarte Fonseca.

1.1.2. Intervieram na discussão da proposta os Ministros da Coordenação Interterritorial, Álvaro Cunhal, Defesa Nacional, Equipamento Social e Ambiente.

1.2. Foi aprovada a súmula da reunião de 16 de Setembro com as seguintes alterações e aditamentos:

1.2.1. Pelo Ministério da Justiça foi proposta a proposta ./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

2

- a) Na pág. 6, linha 3, deve ser eliminada a expressão "em";
- b) Na pág. 8, ponto 1.16.3., última linha, deverá ler-se "dando-lhes o destino adequado";
- c) No ponto 2.2.1. deverá ler-se "A Comissão seria presidida pelo Ministro dos Assuntos Sociais. A organização da Comissão competirá à Direcção-Geral de Menores do Ministério da Justiça";
- d) Na sùmula das deliberações tomadas, em 11 de Setembro, deverá ser acrescentada a deliberação tomada de designação da administração do Banco Nacional Ultramarino que ficou constituída por:

Governador: Prof. Doutor Nuno Espinosa da Silva

Vice-Governador: Dr. José de Oliveira Marques

Administraodres: Prof. Doutor Manuel Duarte Pereira

Dr. António Bernardo de Lima e Lemos Vaz Monteiro

Dr. José Augusto Gaspar

Dr. Acácio Manuel Pereira Magro.

1.3.1. Pelo Ministro da Justiça foi exposto o programa

./.



de acção do respectivo Ministério.

1.3.2. Verificaram-se intervenções dos Ministros da Administração Interna, Magalhães Mota, da Economia, Álvaro Cunhal, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Defesa Nacional, Ministro das Finanças, Ministro dos Assuntos Sociais, Ministro da Coordenação Interterritorial, Ministro da Educação e Cultura, Secretário de Estado do Trabalho, Ministro do Equipamento e Primeiro Ministro.

1.3.3. Foram, em especial, salientados os seguintes pontos:

- a) Criação do "ombudsman", com prioridade e sem articulação com os movimentos espontâneos de petições e queixas recebidas em todos os Gabinetes e, em especial, nos do Primeiro Ministro e da Presidência da República;
- b) Reservas quanto ao problema do júri que deve ser objecto de maior discussão perante uma proposta em concreto;
- c) Urgência na revisão do direito comercial e do direito das sociedades;
- d) Riscos oferecidos aos direitos individuais



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

- dos cidadãos pela criação de serviços de registos informáticos;
- e) Revisão da situação jurídica da mulher - revisão do Código Civil;
- f) Quanto ao processo de objecção de consciência parece dever aguardar-se uma acção de mentalização e que se aguarde um cessar fogo generalizado.
- 1.3.4. Foi aprovado, com o aplauso generalizado do Conselho, o programa apresentado, cuja divulgação nas revistas jurídicas vai ser iniciada.
- 1.4. Foi aprovada a redacção definitiva do despacho sobre medidas de austeridade.
- 1.5. Foi deliberado que o projecto de diploma do Ministério dos Negócios Estrangeiros que simplifica as formalidades a observar na colocação dos funcionários do Ministério nos postos diplomáticos e consulares, em nova versão elaborado por aquele Ministério e tendo em conta as objecções formuladas, será circulado por cinco dias.
- 1.6. Foi retirado e considerado sem efeito o projecto de decreto-lei que cria mais um lugar de motorista no quadro da Secretaria-Geral do Ministério da



Administração Interna.

- 1.7. Foi retirado o projecto do Ministério das Finanças que adopta providências tendentes a reforçar os serviços mecanográficos do Ministério das Finanças, enquanto não for publicada a respectiva reforma.
- 1.8. Foi aprovado o projecto do Ministério da Economia que exclui do regime florestal parcial e restitui à administração da Câmara Municipal de Tarouca uma parcela de terreno baldio do perímetro florestal da Serra de Leomil.
- 1.9. O projecto de diploma que transfere para a Secretaria de Estado das Pescas diversos organismos e serviços do Ministério da Marinha foi transferido para apreciação futura, dependente de coordenação a estabelecer com o Chefe de Estado Maior da Armada visto que o Conselho dos Chefes de Estado Maior publicou, entretanto, um diploma que coloca na dependência da Marinha de Guerra vários serviços que deveriam estar na Secretaria de Estado das Pescas.
- 1.10.1. Sobre o funcionamento do Conselho de Ministros, houve uma larga troca de impressões em que inter



vieram os Ministros da Educação e Cultura, Coordenação Interterritorial, Assuntos Sociais, Economia, Finanças, Comunicação Social, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ministro Vítor Alves.

Dum modo geral foi criticado o facto de o Conselho não definir uma política global adequada aos grandes problemas e opções, esgotando-se em redacção de diplomas.

1.10.2. Foi deliberado efectuar, com rapidez, uma revisão da orgânica da Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros e dos Gabinetes dos Ministros de forma a adequá-los às tarefas concretas que se impõem ao Governo Provisório.

1.11. Foi aprovado, com alterações, o decreto que autoriza as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto a contraírem empréstimos na Caixa Geral de Depósitos.

O Ministério do Equipamento apresentará a redacção do novo projecto.

1.12.1. O Ministro do Trabalho apresentou o programa de acção do respectivo Ministério.

Elaborado no Gabinete do Ministro do Equipamento em 10 de Maio de 1976.

Elaborado no Gabinete do Ministro do Trabalho em 10 de Maio de 1976.



1.12.2. Verificaram-se intervenções dos Ministros da Educação e Cultura, Magalhães Mota, Equipamento Social, Economia, Administração Interna, Finanças, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ministro dos Assuntos Sociais.

1.12.3. Foram fundamentalmente abordados os seguintes Pontos:

a) As acções da Secretaria de Estado de Emigração tem objectivos pouco precisos e, em alguns casos, constituirão duplicação ou sobreposição de tarefas cometidas a outros Ministérios;

b) O carácter demasiado genérico do projecto em que não estão definidas as prioridades a adoptar, os meios e finalidades a prosseguir, nem sequer os custos das medidas propostas;

c) O País enfrenta uma situação grave quer no campo social, quer no de emprego em que as realidades de momento e as perspectivas não são optimistas. Parece, assim, que é, em relação a estes problemas, que importa definir uma política global capaz de responder às dificuldades que ao País estão colocadas;

d) Verificaram-se dificuldades na transferência do Fundo de Desemprego para o Ministério do



Trabalho parecendo que não resolve os problemas deste e dificulta gravemente a acção do Ministério do Equipamento;

e) É necessária e urgente a definição duma política nacional de rendimentos e salários;

f) O programa da emigração obriga à revisão de muitíssimos diplomas que estabelecem a mesma competência para outros Ministérios.

O programa custará muitos milhares de contos em delegações no estrangeiro.

1.12.4. O Ministro do Trabalho respondeu às objecções formuladas e salientou que serão, oportunamente, apresentados programas detalhados de cada uma das Secretarias de Estado.

1.12.5. Foi deliberado:

a) fazer a coordenação nos pontos onde se suscitaram problemas;

b) que só sejam divulgados os programas das várias Secretarias de Estado depois de aprovados.

1.13. Foi deliberado transferir para a reunião do Conselho de Ministros de 3^a. feira, dia 24, às 10 horas, a discussão das leis de associações patronais e sindicais.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

9

No Conselho de Ministros de 6^a. feira, dia 27, só será discutida a conjuntura económico-social. Os Conselhos serão interrompidos durante dez dias re começando no dia 8 de Outubro.

1.14. Foi deliberado aprovar o diploma do Ministério dos Assuntos Sociais sobre saneamento das Casas do Povo.

1.15. Relativamente à questão de fundo suscitada pelo Ministério do Trabalho, foi deliberado:

a) Que se mantivesse a estrutura das Casas do Povo que fazem a cobertura em termos de saúde, educação, etc.;

b) Que os Sindicatos Rurais se constituíssem com base noutras instalações, sem prejuízo de poderem beneficiar de apoio, tal como outras actividades, das Casas do Povo;

c) Que se encare a urgência de ratificação, por Portugal, da Convenção nº 11 da OIT.

1.16.1. O Conselho aprovou o decreto-lei que altera o artº 6º do Decreto-Lei 410/74, de 5 do corrente.

1.16.2. O Conselho aprovou igualmente que o Ministério dos Assuntos Sociais elaborasse um comunicado sobre o problema.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

10

- 1.17. Foram aprovadas novas tarifas dos serviços de alugar dos automóveis ligeiros de passageiros.
- 1.18. Foi transferido para a reunião do Conselho de 24 de Setembro a apreciação do projecto de decreto-lei sobre uma amnistia na Guiné.
- 1.19. No Conselho de dia 24 será também votada a aprovação do memorial sobre o projecto apresentado pelo MJS.
- 1.20. Foi aprovado um projecto de decreto-lei sobre horário de trabalho.
- 1.21. Foi deliberado que uma Comissão Nacional preparasse as comemorações do 5 de Outubro, dando-lhe o sentido de conquista das liberdades públicas. Foi encarregado o Grupo dos Ministros sem Pasta mais um representante do Partido Socialista de organizar a proposta de constituição da Comissão.

2. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

- 2.1.1. O Ministro da Educação e Cultura apresentou o problema dos vencimentos do professorado.
- 2.1.2. O Conselho aprovou a orientação de acordo com a qual será atribuído um tecto máximo a dispender pelo Ministério que, por acordo com o Ministério

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

11

das Finanças, fará a sua distribuição como melhor entender.

2.1.3. Foi igualmente sugerido que se fizesse a correcção duma primeira distorção de base, deixando o professorado de estar sujeito ao esquema rígido das letras dos funcionários públicos.

2.2.1. O Ministro da Comunicação Social colocou o problema da edição em Portugal dum livro do Prof. Marcello Caetano.

2.2.2. Foi deliberado que só se tomasse uma decisão depois de se conhecer o livro.

2.3.1. O Ministro da Justiça apresentou o projecto de diploma que revoga os que estabelecem pensões especiais de reforma a favor de ex-ministros e justificou a necessidade de o projecto ser aprovado até 1 de Outubro.

2.3.2. Considerando-se ser esta a obrigação face à lei, foi deliberado que o Ministro das Finanças mandasse pagar os vencimentos dos ex-Ministros Silva Cunha e Moreira Baptista, colocando-se a *revisão* destes às condições do *cancelamento*.

2.4.1. O Conselho ouviu uma exposição do Almirante Rosa Coutinho sobre a situação em Angola.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

12

- 2.4.2. No debate que se seguiu intervieram os Ministros da Administração Interna, Defesa Nacional, Magalhães Mota, Equipamento Social e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.
- 2.5.1. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros solicitou indicações do Conselho sobre novo pedido da URSS para entrada de novos diplomatas.
- 2.5.2. O Conselho deliberou que as negociações se fizessem Governo a Governo.
- 2.6. O Ministro do Equipamento colocou o problema da missão à Guiné de gente do seu Ministério e da necessidade de acelerar a negociação dos acordos.
- 2.7. O Ministro das Finanças deu conhecimento da sua deslocação aos EUA para a reunião do Banco Mundial.
- 2.8. O Ministro Magalhães Mota deu conhecimento dos resultados da visita do Secretário-Geral do PPD às Comunidades Europeias.
- 2.9. O Conselho aprovou a designação de administradores por parte do Estado junto do Consórcio Laneiro de Portugal; SARL dos Srs.:
- Rodrigo Ferreira Neves
 - Dr. José de Almeida Vale Júnior.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

13

2.10. O Primeiro Ministro deu conhecimento da constituição das Comissões que se deslocaram a Moçambique e à Guiné.

Fundação Cuidar o Futuro